



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**  
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **0004811-66.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo**  
 Documento de Origem: **IP - 120/20014 - 2º Distrito Policial de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **Osdinei Edwaldo Granato**  
 Vítima: **Marcio Luis Lacerda de Sousa**

Aos 20 de fevereiro de 2017, às 17:00h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Presente o réu Osdinei Edwaldo Granato. Ausente o seu defensor. Na Na ocasião foi nomeado defensor *ad hoc* na pessoa do Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. Neste ato comparece o intérprete acompanhando a inquirição da vítima, indicado pela Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, o Srº Herbherth Kaue Novaes, RG 49.304.845/SP. Prosseguindo foi ouvida a vítima e interrogado o réu. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra a DRA. PROMOTORA:**“MM. Juiz: OSDINEI EDWALDO GRANATO, qualificado a fls.17, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 157, *caput*, do Código Penal, porque em 15.03.14, por volta de 04h30, subtraiu para si, mediante grave ameaça, simulando portar um revólver, exercida contra a vítima Márcio Luiz Lacerda de Sousa, um celular da marca “MOTOROLA”, usado, avaliado em R\$400,00. **A ação penal é improcedente**. As versões, tanto da vítima quanto do réu, foram totalmente diferentes daquelas prestadas no inquérito. Réu foi ouvido a fls;17 e negou conhecer a vítima. Na presente audiência, o réu disse que teve um caso amoroso com a vítima e negou qualquer subtração do celular. Na polícia a vítima disse que o réu simulava portar uma arma no momento da subtração. Hoje, esclareceu que não existia nenhuma arma no dia dos fatos, admitindo ter tido relação sexual com o acusado. Não há testemunha presenciais. O pai da vítima nada presenciou (fls.68). Assim, não é possível exatamente o que ocorreu entre os envolvidos, razão pela qual requeiro a absolvição por insuficiência de provas. **Dada a palavra à DEFESA:**”MM. Juiz: Em comum com o Ministério Público, observada a regra do art.155 do CPP. **Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:**”VISTOS. OSDINEI EDWALDO GRANATO, qualificado a fls.17, foi denunciado como incurso nas



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

penas do artigo 157, *caput*, do Código Penal, porque em 15.03.14, na Rua Elias Arsênio, Jardim Pacaembu, em São Carlos, por volta de 04h30, subtraiu para si, mediante grave ameaça, simulando portar um revólver, exercida contra a vítima Márcio Luiz Lacerda de Sousa, um celular da marca "MOTOROLA", usado, avaliado em R\$400,00. Recebida a denúncia (fls.27), houve citação e resposta escrita, sendo o recebimento mantido, sem absolvição sumária (fls.50). Em instrução foi ouvida uma testemunha de acusação (fls.68). Hoje, em continuação, foi ouvida a vítima e interrogado o réu. Nas alegações finais o Ministério Público pediu a condenação. A defesa absolvição por falta de provas. **É o Relatório. Decido.** Como bem observado pelo Ministério Público, "*as versões, tanto da vítima quanto do réu, foram totalmente diferentes daquelas prestadas no inquérito. Réu foi ouvido a fls.17 e negou conhecer a vítima. Na presente audiência, o réu disse que teve um caso amoroso com a vítima e negou qualquer subtração do celular. Na polícia a vítima disse que o réu simulava portar uma arma no momento da subtração. Hoje, esclareceu que não existia nenhuma arma no dia dos fatos, admitindo ter tido relação sexual com o acusado. Não há testemunha presenciais. O pai da vítima nada presenciou (fls.68)*". De fato, as palavras da vítima no inquérito e em juízo são muitos diferentes. No inquérito (fls.22), a vítima não menciona relação sexual com o acusado. Hoje, disse que o celular tinha sumido após a relação, reforçando a palavra da vítima de que entre ambos havia relação íntima, ou pelo menos de relação sexual. Nenhuma confirmação existe do uso de arma mencionado a fls.04. Ao contrário, a vítima negou essa ameaça. E hoje sequer pôde garantir como a subtração tivesse ocorrido, pois não viu quando o réu pegou o celular, o que torna ainda mais nebulosa. Nesse quadro, a absolvição por falta de provas é de rigor. Ante o exposto, julgo **IMPROCEDENTE** a ação e **absolvo** Osdinei Edwaldo Granato com fundamento no artigo 386, VII, do Código de Processo Penal. Transitada em julgado, ao arquivo. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Carlos André Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensor Público:

Ré(u):